

MAPEANDO CAMINHOS PERCORRIDOS: PROCESSOS DE (RE)PRODUÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL DO BAIRRO ROMÃO DOS REIS (VIÇOSA, MINAS GERAIS)

Luiza Rodrigues Mansur da Silva (UFV/MG)

Dr^a Marisa Barbosa Araújo (UFV/MG)

Palavras-chaves: Romão dos Reis, Reprodução Socioterritorial, Desigualdades Socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa processos de produção socioterritorial (GODOI, 2014) do bairro Romão dos Reis, situado no município de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, a partir das narrativas de moradores antigos e da experiência etnográfica de moradia da primeira autora no território. As vozes articuladas e mobilizadas mostram, ao longo do texto, que a dimensão mais forte da análise proposta está nas narrativas dos moradores e no modo como elas mostram a produção do Romão dos Reis como um território de moradia, trabalho, parentesco, vizinhança, luta por infraestrutura e memória coletiva.

O bairro localiza-se em uma área de expansão urbana, nas proximidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre a rodovia MG-280, os bairros Rua Nova e Paraíso; e áreas marcadas pela presença de nascentes, córregos, encostas, remanescentes de vegetação e recentes empreendimentos imobiliários. Todavia, a comunidade moradora do bairro Romão dos Reis lida com os reflexos da colonização que se prolongam estruturalmente nas instituições sociais até a contemporaneidade.

O município de Viçosa (MG)¹ abriga cerca de 76.430 habitantes (IBGE, 2022) e uma população flutuante estimada em 15-20 mil habitantes, sendo a 6^a cidade mais vertical do país e a 1^a do estado de Minas Gerais (IBGE, 2022), situando-se na mesorregião da Zona da Mata Mineira. Sua ocupação territorial vincula-se à ampliação da exploração cafeeira no século XIX e à consolidação da UFV como polo educacional e científico de referência no século XX, atraindo migrantes de diversas regiões.

A este artigo importa abordar como o caso do Romão ajuda a pensar sobre territórios populares em disputa. Para tanto, foi necessária a observação das condições de colonialidade presentes nos processos de (re)produção socioterritorial da comunidade moradora do bairro Romão dos Reis e suas marcas impressas no espaço-tempo histórico-social compartilhado por moradores-vizinhos-parentes residentes no local.

¹ O município encontra-se entre as Serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade.

O fio condutor da presente reflexão crítica deriva de uma situação de pesquisa etnográfica e se orienta pela pergunta-problema seguinte: *Como os moradores do Romão dos Reis produziram e seguem produzindo o bairro em meio à atuação desigual do Estado, à pressão da expansão urbana/imobiliária e à presença ambígua da UFV?*

Busca-se compreender e evidenciar a história comum de reprodução socioterritorial do bairro Romão dos Reis na perspectiva da primeira autora, que fez morada por cerca de dois anos e meio no bairro, interpretando as condições presentes nos processos de mudanças e suas marcas no espaço-tempo comum compartilhado pela comunidade em relação histórica com a cidade de Viçosa e a UFV.

O argumento central deste trabalho consiste no fato de que as condições da colonialidade, manifestadas através da hierarquização das relações de poder-saber-fazer, produzem desigualdades sociais que não apenas condicionam, mas determinam imperativamente a reprodução socioterritorial de muitas comunidades no mundo, incluindo a moradora do bairro Romão dos Reis, impactando dinâmicas comunitárias, bem como o acesso a políticas básicas garantidoras de dignidade social e ambiental.

Pela legislação municipal, o bairro é considerado periurbano e em expansão horizontal desde o início dos anos 2000 (MARIA; FARIA; STEPHAN, 2015, p. 52). Contudo, compreendemos a ruralidade expressa na paisagem (GODOI, 2014, p. 10) e por modos de vida, acompanhada de periferação e marginalização, se nos sensibilizamos a elementos marcadores do cenário, como o crescimento desordenado e o adensamento populacional na cabeceira de um corpo hídrico desprotegido.

No entanto, esse corpo d'água conhecido popularmente como Córrego Romão dos Reis, às margens da rodovia MG-280, é alimentado por diversas nascentes situadas em parcelamentos de solo onde vivem famílias que produziram em demasia e hoje produzem a menor parte de sua subsistência local em seus quintais através do cultivo de diversas plantas ancestrais e medicinais que já foram base da saúde e do bem estar geral.

1.1. Bairro Romão dos Reis: metodologias, métodos e trabalho de campo

Este artigo foi realizado com dados produzidos qualitativamente através da observação participante. Foram utilizadas técnicas etnográficas como diários de campo, entrevistas abertas e semiestruturadas e registros fotográficos da paisagem, além de outros instrumentos como as autorizações de participação anônima para preservação das identidades, as gravações e transcrições. O formato escolhido para a pesquisa foi a etnografia, permitindo integrar a experiência pessoal com a análise socioterritorial.

Quanto aos critérios de participação, a princípio a primeira autora convidou membros de uma das famílias mais antigas do Romão dos Reis para uma etnografia, pioneiros na ocupação do bairro há cerca de 48 anos atrás. Ao longo do percurso, outros moradores-vizinhos-parentes participaram, indicados às entrevistas por convivência.

As análises foram conduzidas pela produção de descrições densas, permitindo a contextualização dos fenômenos observados em suas dimensões espaço-temporais, histórico-culturais e sócio-políticas. A organização, sistematização e codificação dos fatos (re)produzidos em campo para interpretação e análise ocorreu em algumas etapas de estudo, utilizando instrumentos específicos de reprodução de fatos enquanto dados.

Buscamos compreender as condições coloniais marcantes na reprodução socioterritorial do Romão, enfocando as desigualdades socioambientais e o acesso aos recursos básicos de produção da vida. Situado às margens do ribeirão que corta a região, o Romão surge em 1970 do loteamento de terras que pertenciam a Adão Romão dos Reis, figura central na memória das/os entrevistadas/os. O bairro envolve-se em estreita conexão com a vizinha Rua Nova, comunidade de origem quilombola cuja existência remonta ao período anterior à criação da cidade de Viçosa e da UFV, que está completando seu centenário em 2026.

Essa proximidade geográfica e familiar (vários moradores do Romão dos Reis eram da Rua Nova) confere ao território uma historicidade marcada por lutas fundiárias, conflitos socioterritoriais, trabalho na universidade e modos de vida ruralizados que compulsoriamente deram espaço à urbanização, à periferização e até a marginalização.

A análise, na íntegra, ancorou-se em referenciais típicos da antropologia e dos estudos comunitários, mas também em epistemologias anti-coloniais e anti imperialistas que permitem interrogar os processos de "modernização" e "desenvolvimento" a partir de perspectivas comuns às pessoas que os vivenciam em suas práticas cotidianas.

O Romão dos Reis, como se observa, não é apenas um bairro: é um território popular de trajetórias, memórias, lutas e resistências ancestrais que (co)existem e resistem. A caracterização de cada pessoa interlocutora na pesquisa, assim como as citações de falas dos relatos etnográficos, demonstram a compreensão dos impactos da presença da UFV nas dinâmicas locais, além de documentar/valorizar saberes e práticas.

As categorias abordadas etnograficamente foram a reprodução socioterritorial e a colonialidade; o levantamento da produção acadêmica sobre o bairro e seu entorno; as áreas, temas e enfoques predominantes; as imagens estereotipadas (carência, periferia, urbanização e risco); além das fronteiras agrícolas e encruzilhadas típicas do capital.

Foram valorizados aspectos como percursos de origem, ocupação e formação do bairro; moradores-vizinhos-parentes e suas redes, reciprocidade e pertencimento; transformações nos usos do território e nos modos de ser, pensar e agir; e relação de parentesco, vizinhança e apadrinhamento com o Quilombo do bairro Rua Nova.

Ainda, discutimos a urbanização como um processo colonial civilizatório gerador de perdas (i)(materiais), abordando desde as mudanças socioterritoriais à ausência de mecanismos, equipamentos/instrumentos/aparelhos/dispositivos públicos, ferramentas necessárias à manutenção da qualidade de vida e bem estar da população.

Convergências, dissidências e indicadores socioambientais foram pensados como critérios de análise quanto ao acesso a água, saúde, infraestrutura; exposição a riscos, expansão urbana, presença de condomínios, pressões sobre o território; a UFV, o poder público e a reprodução social desigual/injusta expressa geograficamente.

2. Produzir moradas: formação do bairro, parentescos e vizinhanças

O primeiro ponto comum entre entrevistadas/os é a centralidade do esforço coletivo na construção conjunta do bairro, como uma trama de fios tecidos em redes.

Há uma visível percepção geral de que o Romão dos Reis foi construído pelas mãos de seus moradores e para eles, conjuntamente, unidos buscando conceber suas moradas num local seguro, seja na fala do Sr. G.², que participou dos mutirões solidários para levar luz e saneamento; no relato de sua filha, Srt^a R., sobre a instalação dos padrões de energia por seu pai e amigos; ou até mesmo na memória da Srt^a M. R., da *rua de cima*, sobre as trocas de imóveis e a ajuda de um amigo para reformar sua casa.

Essa narrativa fundante, que poderíamos chamar de discurso comum da origem do bairro, não é apenas uma lembrança nostálgica: é um princípio de identidade, uma afirmação de que o lugar não foi dado, mas conquistado, podendo também ser tomado sem nenhum tipo de consulta prévia, livre e esclarecida como tecnicamente deveria ser.

O Sr. C., ex-morador da Rua Nova, expressa isso ao dizer que construiu sua casa gradualmente, a partir de um *barraco* no fundo do lote; o Sr. B., seu sobrinho, manifesta ao lembrar que vieram da Rua Nova em busca de um terreno próprio. Há, nesse ponto estrutural, uma unidade atravessadora de gerações, posições e até mesmo papéis sociais.

Quanto à segunda convergência, todas/os interlocutoras/es compartilham a percepção de uma degradação ambiental significativa ao longo do tempo. O ribeirão que corta o bairro é o símbolo maior dessa perda: antes *largo, limpo*, farto, palco de lazer, *pescaria* e até *batismos*, hoje é descrito como *raso, poluído*, obstruído, degradado.

² Foram utilizados pseudônimos para a preservação da identidade das pessoas interlocutoras.

O Sr. C. atribui a diminuição da água ao plantio de eucalipto, a Srtª R., ao descarte inadequado de terra e lixo; ambos da *rua de baixo*. Já a Srtª M. R., da *rua de cima*, atribui à sobrecarga populacional e à falta de tratamento de esgoto no passado, bem como de assistência social e ambiental.

O Srº G., da rua de baixo, lamenta a substituição da vegetação nativa por *braquiária* e a perda da *prainha* onde as crianças se banhavam. É interessante notar que mesmo discordando sobre as causas determinantes, que podem ser múltiplas e variadas, há um consenso afetivo sobre o valor daquele rio, quase um parente, se não um, ficando o luto por sua morte lenta e dolorosa que persiste em seus últimos suspiros de vida.

A terceira convergência diz respeito ao enfraquecimento dos laços comunitários. Todos os interlocutores, de uma forma ou de outra, afirmam que *antigamente era melhor* no que se refere às relações de vizinhança. O apoio mútuo dos mutirões, o (re)conhecimento coletivo, a sensação de segurança, a abertura das casas; tudo isso é evocado como característica de um passado que constantemente se perde, somado a preocupações como a continuidade dos vínculos e laços locais pelos mais jovens.

As explicações para essa mudança variam: o Srº B., da *rua de baixo*, aponta a chegada de *gente de fora* e a *tecnologia*; a Srtª R., o individualismo e o medo; a Srtª A., ex-moradora da Rua Nova, indica o crescimento populacional. Mas o diagnóstico é confluyente (SANTOS, 2023): a comunidade, enquanto teia relacional densa tecida em conjunto, já não é mais a mesma em seus nós e entremeios.

A quarta convergência é a luta comum por infraestrutura básica ao longo das décadas. A água, a luz, o saneamento, o asfalto e o transporte público são referências que aparecem nas oito entrevistas como conquistas obtidas através de articulação, mobilização, abaixo-assinados, mutirões e cobranças incessantes ao poder público.

Há um orgulho evidente em ter participado dessas lutas, mas também um certo pesar por terem sido necessárias. Para o Sr. G., a relação com a prefeitura sempre foi *ruim* porque era preciso lutar por tudo, e ainda é. A memória da precariedade inicial (o *barraco* de dois cômodos, a cisterna cavada à mão, a caminhada até o Acamari) é, ao mesmo tempo, expressão de superação e denúncia do abandono e descaso recorrentes do poder público em exercício e que segue estruturalmente desde então.

Em quinto lugar, todos expressam um forte apego ao bairro e o desejo de ali permanecer. *Não pretendo me mudar* é uma frase que se repete, com pequenas variações, em todas as falas, demonstrando apego ao espaço social construído.

As razões são semelhantes: a tranquilidade, a segurança, a proximidade com a natureza (mesmo que maltratada e degradada pela cidade), o fato de terem estabelecido

suas vidas naquele lugar. Há, aqui, uma dimensão existencial: o Romão dos Reis não é apenas um local de moradia, mas um território de pertencimento, onde se criaram os filhos, fizeram-se amizades, construíram casas com as próprias mãos, suor e sangue.

Por fim, há um consenso sobre a necessidade de um posto de saúde no bairro. Seja como sonho (na fala da Srtª A.), seja como desejo (para o Sr. G.), ou mesmo como luta (para a Srtª M. R. e a Srtª M. A., filha de Adão Romão). As reivindicações confluem e seguem confluindo. O acesso à saúde pública, na percepção de todas/os, é a principal barreira social atualmente, afetando especialmente idosos e pessoas com mobilidade reduzida, condenadas a jornadas exaustivas para fazerem valer seus direitos.

Muitos dos primeiros moradores vieram das regiões vizinhas Paraíso e Rua Nova, e já se conheciam entre si, o que facilitou a formação de uma comunidade inicialmente unida e coesa. Nos relatos, a terra aparece como campo de combate onde posse, propriedade, comunidade e capital convivem lado a lado diante de suas necessidades e interesses específicos e desiguais.

A ausência de conflitos territoriais diretos, a negociação e aquisição de terrenos por compra e a posse de escrituras possibilitaram certa estabilidade relativa na vida da população residente no Romão dos Reis. Contudo, essa estabilidade ideal é precarizada e dependente de normatizações dentro do sistema de propriedade privada, protetor de patrimônios que costumam ser de domínio do patriarcado (MONTEIRO, 2013).

O Romão surge como loteamento, uma mercadoria espacial (sub)dividida (iniciado por Adão Romão dos Reis e Dico), onde a comunidade posteriormente formou-se. A tranquilidade, tão valorizada pelas entrevistadas Srtª A. e Srtª M. (filha de Sr. G., *ambas da rua de baixo*), e pela Srtª M. R. (*da rua de cima*) reflete certa virtude parcial de se encaixar num modelo hegemônico existente, mesmo que às suas margens.

A Rua Nova, em contrapartida, acaba por incorporar a norma da expropriação/espoliação colonial. Sua identidade quilombola foi afirmada por 2 moradores da *rua de baixo*, Sr. C. e Srtª A., sendo consensual entre as/os entrevistadas/os, e colocando a comunidade diretamente em choque com o sistema.

3. Lutar por infraestrutura: Estado, ausência seletiva e reivindicações

O relato da Srtª A., da *rua de baixo*, sobre o despejo e a usucapião perdida para o edifício *Ecolife* quando fazia morada na Rua Nova é mais um episódio paradigmático do racismo ambiental e territorial, onde certas vidas podem autodeterminar-se e outras não, única e exclusivamente por suas posições e papéis sociais. A posse comunitária,

ancestral e não oficializada pelo estado colonial-capitalista é constantemente ameaçada e colocada em riscos, perigos e danos. A fala da moradora revela a contradição:

"Lá é um terreno quilambola. Aí, por exemplo, a minha casa que eu morava era quilambola. [...] Os cara ricão lá... Cismou e falou que o terreno era deles. Aí nós entramos com os uso campião, porque nós já estávamos lá há muito tempo e a casa era dos vô do meu ex. [...] Primeiros moradores. [...] Eles alegaram lá que nós tinham invadido a casa [...] aí nós perdemos. E ali, as casas, muitas casa ali não tem registro, tendeu? [...] nós não tinha condições na época [...]. A casa tava caindo. É... O telhado tava caindo. Teve um dia a noite que eu pensei que a casa ia cair em cima de nós, que fez um barulhão tão grande, que eu falei assim: 'Não, nós vamos ter que sair daqui, nós não temos condições de morar aqui.' Aí nós saímos, nós saímos e [...] Tava reformando a casa. Aí os bonitão lá, que aproveitou que nós saímos, meteu lenha e ganhou a causa. [...] Eles mora na cidade. Mas eles queriam o terreno, porque [...] eles queriam fazer aquele prédio bonitão lá. E nós tava atrapalhando eles. Tendeu? Aí eles foram e tiraram a casa da gente. [...] ela já estava melhor, porque nós já tínhamos colocado laje, nós já tínhamos feito as paredes. Era só tirar os andaimes e entrar de novo. Colocar luz e entrar de novo. Porque depois nós ia colocar muito devagarzinho. Mas aí eles tiraram a casa da gente. [...] Pro cé ver, aquele prédio ali, ele ficou embargado um tempão. Porque não poderia ter feito... Desmatado. O tanto que eles desmataram ali para fazer o prédio. Eles ficaram embargado um tempão. (...) Depois que o cara falou assim: 'Não, eu já comprei meu imóvel e eu vou entrar.' Um entrou e foi todo mundo entrando. Entendeu? [...]" (Srt^a A., 2025)

A comunidade da Rua Nova, historicamente trabalhadora e fundadora da UFV, citada por Sr. C. e Sr. G. da *rua de baixo*, depara-se com seus direitos à terra negados pelo mesmo sistema jurídico-empresarial beneficiador de empreendimentos imobiliários, influenciando e impactando suas dignidades e permanências em seus territórios populares. O relato da Srt^a A. sobre a certificação quilombola não procurada a tempo lança luz sobre uma armadilha colonial que persiste na atualidade.

O estado exige uma certificação específica para reconhecer um direito ancestral, enquanto age de modo perspicaz para garantir os direitos da propriedade capitalista, incorporando sua razão de ser, desfavorecendo cidadãos em prol de interesses privados. Os *Desafios do controle da produção do espaço urbano em Viçosa* (STEPHAN, 2024) podem ser exemplificados com a chegada de novos empreendimentos.

Quanto à infraestrutura inicial do Romão dos Reis é interessante pontuar que quando o ancião Sr. G. chegou, o bairro não tinha luz, saneamento básico, nem água encanada. Apenas o proprietário do terreno morava ali, e os lotes eram grandes e não divididos. As estradas eram *trilhos* de terra e uma área vizinha (loteamento de Joaquim Rocha Filho) possuía energia elétrica antes mesmo do bairro em questão.

O esforço conjunto de moradores foi crucial. Tiveram de providenciar seis padrões elétricos e guias para a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) instalar os postes e a rede (entre 1978 e 1979). Sobre a água, inicialmente a comunidade

dependia de uma mina/nascente, que servia a quatro moradores e ficava no lote que o Sr. G. escolheu no início, mas ele foi realocado para não se estabelecer sobre a mina.

Posteriormente, o bairro recebeu um poço artesiano, solicitado no mandato do prefeito Antônio Chequer (1973 a 1977, primeiro e segundo mandatos. O saneamento básico na comunidade às margens do córrego Romão dos Reis começou com fossas sépticas e despejo direto no ribeirão, gerando problemas de contaminação das cisternas. Moradores organizaram-se em um mutirão para construir uma rede de efluentes rústica, conectando as casas e levando os dejetos para o ribeirão, devido à falta de assistência.

3.1. Comunidade tensionada: do mutirão ao individualismo contemporâneo

A análise antropológica das relações sociais revela a deterioração de formas comunitárias de vida pela ética capitalista individualizante apropriadora de espaços e tempos. *Na época dos mutirões...*, o passado é narrado por Sr. G., sua filha Srt^a R. e Sr. C., ambos da *rua de baixo*, como um tempo de mutualidade e solidariedade genuínas, com construção coletiva de casas, infraestrutura e compartilhamento de alimentos. Este é o retrato de uma economia moral do comum, uma prática decolonial de sobrevivência e constituição de mundos às margens do estado e nas periferias do mercado.

A decomposição da realidade de moradores é visível quando o presente é descrito como de desconexão pelo Sr. B., genro do Sr. G.; de individualismo para a Srt^a R., cunhada de Sr. B.; e de divisão entre *rua de cima* e *rua de baixo*, segundo o Sr. B. e sua esposa Srt^a M., filha de Sr. G. (da *rua de baixo*). As causas apontadas, como a chegada de *gente de fora*, *tecnologia* (celulares) e a população flutuante sintetizam impactos desagregadores da urbanização capitalista que se pretende moderna/hodierna.

A Associação de Moradores, outrora instrumento de luta, de acordo com o Sr. G. da *rua de baixo* e Srt^a M. R. da *rua de cima*, está inativa ou invisível como notado pela Srt^a A., Sr. B. e sua esposa Srt^a M., todos da *rua de baixo*, simbolizando a crise das instituições comunitárias frente à desmobilização e à descrença na organização coletiva.

A festa das crianças como resistência afetiva aparece em contraponto, mencionada por Srt^a A., Sr. B., e Srt^a R., da *rua de baixo*, assim como pela Srt^a M. R., da *rua de cima*, emergindo como um ritual potente de resistência comunitária.

Inicialmente, a comunidade realizava eventos beneficentes criados para suprir a falta do estado e arrecadar fundos com fins de construção da capela, pois as reuniões e celebrações eram realizadas num galpão emprestado, demonstrando cuidado coletivo e reprodução simbólica da comunidade; um fio que tece sociabilidades e subjetividades forjadas em meio à fragmentação do território e de seus modos de habitar.

Há também outro festejo popular realizado como resistência no bairro, a festa de Santa Luzia, onde semanas antes moradores preparam-se para uma procissão, realizando trabalhos comunitários como a pintura do meio fio e do ponto de ônibus na entrada do bairro, a montagem de tendas em frente a capela, decorações das ruas e bazares.

3.2. O estado e a universidade: entre negligência colonial e dependências

A relação com as instituições revela a cidadania de segunda categoria/classe imposta às periferias e margens do sistema de organização social, onde prefeituras atuam sob princípios como a política do favor e do merecimento. A avaliação varia de *boa* (devido um vereador *puxador*, segundo Srt^a A., da *rua de baixo*) a *péssima* (de acordo com Srt^a R. e Srt^a M. A., filha de Adão Romão dos Reis, das ruas de baixo).

O padrão, no entanto, é de negligência estrutural para o bairro de apenas três (3) ruas. Melhorias como asfalto e coleta de lixo são conquistadas apenas por lutas ou ocorrem em períodos eleitorais como pontuado e observado em campo, estando constantemente suscetíveis a serem perdidas a depender das políticas vigentes em jogo.

A falta crônica de um Posto de Saúde (PSF), desejo mais unânime mencionado pela maioria das entrevistadas e entrevistados, é a face mais nua do desprezo biopolítico (MBEMBE, 2018) do estado, que nega o direito básico de acesso facilitado a saúde, condenando mães, idosos e enfermos a longas jornadas e ao adoecimento psicossocial.

A falta de áreas públicas destinadas a fins de esportes e lazer reforça a mensagem: estes corpos e suas necessidades de reprodução social não são prioritários para o sistema político-econômico; importa-lhe expropriar trabalhadores produtivos.

4. Paisagem em transformação: córrego, expansão urbana e mercado imobiliário

Buscando o nome do bairro Romão dos Reis em plataformas bibliográficas, encontramos citações situando territorialmente um lugar que sofre efeitos do abandono do poder público, implicações da expansão urbana acelerada, assédios especulativos e degradações do agronegócio que afetam diretamente toda a dinâmica socioambiental local, aparecendo sob perspectiva de trabalhos cujas áreas são: Arquitetura-Urbanismo, Ciências Florestais, Contábeis e da Saúde; Agroecologia, Direito e Geografia.

Com a federalização da UFV na década de 1970, houve um aumento populacional e, à medida que a universidade se expandia, o espaço urbano se reorganizava com o surgimento de novos bairros. Em decorrência disso, a valorização imobiliária de determinadas áreas da cidade é histórica. Os principais fatores responsáveis foram a crescente verticalização da zona central a partir de 1980, e a construção dos primeiros condomínios fechados para as classes média e alta. (DE SOUZA MARIA, 2019, p. 3699)

É interessante darmos atenção às representações da comunidade como um lugar de pessoas ‘carentes’ em comparação com o Acamari, condomínio após a entrada lateral da UFV apontado como parte do centro onde os indicadores socioeconômicos atestam maior concentração de renda na cidade de Viçosa, por exemplo, (de)marcando forte contradição social (ABREU, MARCOS VINICIUS SANCHES; MEIRA, 2010, p. 27).

Quanto ao bairro Rua Nova, que dá nome a parte da rodovia e atualmente está em processo de certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares por meio da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (SAPOQUI/Zona da Mata Mineira), o único trabalho publicado que o menciona cita algo pertinente frente diálogos comuns entre moradores-parentes do Romão, ligada(o)s por laços de parentesco e apadrinhamento:

O bairro Rua Nova recentemente passou pela Fundação Palmares no sentido de verificar se é ou não remanescente quilombola. Segundo informações da associação do bairro, um dos impasses para o reconhecimento como tal vem do não autorreconhecimento, um importante critério para caracterização dos mesmos. (BARBOSA, Sara *et al*, 2018, p. 3)

Cabe destacar que a única comunidade quilombola certificada pela Fundação Palmares desde 2004 e enquadrada nas fronteiras da cidade mineira Viçosa é a Buieié, apesar de sabermos existirem outras não certificadas ao escutarmos antigos *causos*, reconhecendo suas sutilezas enquanto e fazemos associações contemporâneas.

Em se tratando das transformações ambientais, houve uma drástica diminuição do volume de água no ribeirão, que antes permitia banhos (*prainha*), era palco de batismos e movia moinhos. A vegetação nativa nas margens (*cambarás*) foi substituída por *braquiária* e o ribeirão ficou mais sujo, como conta o ancião da localidade.

A mata no morro atrás do bairro é bem preservada apesar de sofrer alguns incêndios criminosos em suas fronteiras. Novas áreas de mata estão se formando em antigos pastos. As enchentes eram um problema crônico e severo até a instalação de *duelas* (aduelas) por volta de 2022. As inundações causaram isolamento, danos psicológicos (ansiedade/depressão); e levaram riquezas e bens como arquivos, objetos pessoais e automóveis. A comunidade improvisou passagens quando as pontes caíram.

A depredação de corpos d’água e suas matas ciliares para atender a demanda de novos loteamentos e condomínios ao redor da universidade e do Romão dos Reis pode ser destacada diante do crescimento populacional da cidade de Viçosa, denotando superexposição do bairro antes inexistente em relação à rodovia principal (MG-280).

O Sr. G. lamenta a devastação ambiental causada por novos condomínios e empreendimentos, que removem a vegetação e alteram a paisagem, modificando arbitrariamente as relações sociais e ambientais.

Em se tratando sobre a situação econômica/de emprego das famílias, no início, muitos moradores trabalhavam na UFV (incluindo o Sr. G.) ou em atividades rurais. Hoje, jovens e moradores em geral trabalham principalmente em serviços, como pedreiros, carpinteiros, diaristas e jardineiros, atendendo à demanda dos condomínios.

O Sr. G. avalia que a situação econômica dos moradores melhorou significativamente ao longo do tempo. A relação do bairro com o poder público e a UFV é descrita por ele como *ruim* no sentido de que a comunidade sempre teve que lutar e se organizar para conseguir as melhorias, recebendo menos atenção.

Muitos moradores são aposentados da UFV. A universidade inicialmente oferecia apenas jantar para trabalhadores que estendiam o turno (mais de 12 horas de trabalho), e posteriormente implementou auxílios transporte e alimentação, que oportunizaram mais dignidade aos funcionários, suas famílias e comunidades.

O Sr. G. menciona a figura de Arthur Bernardes, considerado *patrono de Viçosa* por trazer a universidade, e a antiga divisão política entre *bernardistas* e não-bernardistas. Uma curiosidade sobre a pesquisa é que quando a segunda autora conheceu o ancião, ele a perguntou se era *bernardista*, confundindo com *bolsonarista*, comentando em tom humorado sobre sua posição política de modo a indicar que não simpatizava com alguns candidatos, preocupado sobre possíveis inclinações políticas.

5. A presença ambígua da UFV no território

Alguns dilemas são viabilizados por suas origens estarem situadas no velho contexto republicano da UFV: o de desocupação de 13 fazendas para implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada em 1922 pelo político viçosense Arthur da Silva Bernardes (1875-1955) e inspirada num modelo institucional de ensino superior estadunidense baseado no tripé pesquisa, ensino e extensão.

De acordo com o Arquivo Central e Histórico da UFV, esse modelo tinha como objetivo conceder recursos para formar trabalhadores norte-americanos do campo capacitados para mono cultivar terras ocupadas pelo governo dos EUA. No contexto bernardista brasileiro (1918-1926), a situação era de crise oligárquica da república café (SP) com leite (MG), posteriormente os poderes moderadores do estado representativo foram dominados pelo estado de sítio (1922-1926), limitando liberdades e cidadanias.

Em 1948, a UFV foi estatizada pelo governo como Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) através de subsídios advindos nacional e internacionalmente, tornando-se Universidade Federal de Viçosa em 1969, com a

federalização (DE SOUZA MARIA; DE ALMEIDA FARIA; STEPHAN, 2015, p. 38) e fundação de um complexo universitário majoritariamente agrário.

A UFV é uma presença ambivalente. Por um lado, foi/é fonte de emprego e aposentadoria para famílias, como no caso do Sr. G. e do Sr. C., ex-morador da Rua Nova. Por outro, é percebida como distante e não investidora no bairro, como para o Sr. B., sobrinho do Sr. C. Sua história se entrelaça com a da Rua Nova de modo colonial, pois a universidade utilizou a mão de obra quilombola para se erguer, conforme citado pelos ex-moradores da Rua Nova, Sr. C. e Srt^a A., sem garantir a titulação de suas terras.

É uma instituição do conhecimento que, embora possa ter projetos de extensão, mantém uma relação de exterioridade e de exploração com territórios populares que a circunda, bem como de desapropriação de terras e espoliação de naturezas e culturas, como demonstra a Srt^a A.:

(...) A Srt^a M. morava na Secundina, ela mora aqui, ali depois da Srt^a I. tem a casa do Sr. R. e a outra casa é a dela, aquele predinho. Ai ela morava na Secundina, ela foi retirada de lá. E até vim pra cá, num sei se ela comprou, se ela alugou, eu acho que ela comprou, ela e a irmã dela. (Srt^a A., 2025)

Quanto à UFV, a Srt^a R. reconhece que a universidade contribuiu indiretamente para o crescimento do bairro ao gerar empregos para os primeiros moradores e atrair estudantes, possibilitando a geração de renda extra para moradores através de aluguéis. No entanto, ressalta que a UFV nunca investiu diretamente em moradias para seus funcionários no Romão dos Reis, e que os benefícios trabalhistas como plano de saúde e vale alimentação são reformas mais recentes que vêm sofrendo mudanças.

O transporte público, mais de uma vez aparece como problema. Inicialmente, o ônibus só chegava até o condomínio Acamari. Com muita luta, a linha foi estendida ao Romão dos Reis após o calçamento, por volta de 1995, com horários ampliados. Após a pandemia de COVID-19, os horários foram drasticamente reduzidos até as 19h, priorizando as necessidades dos condomínios e dos estudantes em detrimento dos moradores locais. A moradora percebe a existência de uma lógica de monopólio nesse caso, com a empresa favorecida pela prefeitura e um evidente descaso com os passageiros do bairro e suas necessidades de mobilidade.

Ainda, a inclusão em eventos e atividades promotoras de lazer, ou a falta de oportunidades nesse âmbito é mencionada. O bairro nunca teve praças ou espaços públicos oficiais para fins de vivências coletivas. Antigamente, utilizavam um campo de futebol próximo, hoje, os moradores recorrem às áreas da UFV, que no passado eram menos acessíveis e estavam em construção, restringindo-se às suas famílias nucleares.

Apesar de tudo, a Srtª R. sente-se em casa. Fala em *tranquilidade*, segurança e conexão familiar. Não se imagina morando em outro lugar. Se pudesse voltar no tempo, recuperaria o que foi perdido; especialmente a natureza e a solidariedade comunitária. Mas confessa que não tem esperança na recuperação total do rio. Lembra, com nostalgia, que a UFV era bem diferente no passado, com poucos prédios e muitas áreas agrícolas como de milho e girassol, parquinhos para crianças e uma cooperativa onde os funcionários podiam comprar com seus *chequinhos*, como chamavam afetivamente.

Dissidências: pontos tensionados e divergências

Se as convergências revelam memória coletiva compartilhada, as dissidências expõem rupturas e diferentes posições ocupadas na tessitura social do bairro.

A principal divergência entre moradores diz respeito à avaliação da prefeitura municipal. Enquanto a Srtª M. R. e a Srtª A. classificam a relação como *boa* ou *boa demais*, mencionando figuras como um vereador conhecido do bairro e os prefeitos Antônio e Ângelo Chequer como acessíveis e atentos às demandas, outras interlocuções são extremamente críticas aos serviços oferecidos e ao acesso a políticas públicas.

A Srtª R. não hesita em classificar a relação como *péssima*, enumerando a falta de assistência à saúde, ausência de varredores de rua e burocracia. Já a Srtª M. A. avaliou como insatisfatória, apontando que obras concentram-se em períodos eleitorais.

O Sr. G., embora reconheça conquistas, fala em luta e organização como condição para obter melhorias, demonstrando que a atenção da prefeitura nunca foi espontânea ou voluntária. A Srtª M. A. (filha de Adão) é direta: *o prefeito não demonstra interesse*, demonstrando sua própria consciência política e de classe.

Essa diferença pode ser explicada por vários fatores. A Srtª M. R., como vice-presidente da associação (ainda que inativa), conta ter uma relação mais intimista com o poder público e, ainda, infelizmente acumula uma série de vulnerabilidades sociais, o que pode torná-la mais propensa a avaliar positivamente os canais de diálogo.

A Srtª A. menciona especificamente o vereador citado há dois parágrafos como um representante local que *puxa para o lado do bairro*, indicando que sua avaliação positiva pode estar vinculada a mediações pessoais, além de vulnerabilidades sociais.

Já a Srtª R., que atua num sindicato e tem uma visão crítica das relações trabalhistas e institucionais, parece mais atenta às estruturas de poder e aos interesses que as movem. O Sr. G., seu pai, que vive todo o processo de luta desde 1970, carrega a memória de uma época em que nada chegava sem esforço; ela informa desconfiança.

Outro ponto que diverge é a avaliação do papel da UFV. Para a maioria, a universidade é vista de forma neutra ou positiva: gera empregos, atrai estudantes que alugam imóveis disponíveis, tendo oferecido projetos de extensão noutros tempos.

Não obstante, a Srt^a R. oferece uma perspectiva mais crítica: lembra que a UFV nunca investiu em moradia para seus funcionários no Romão dos Reis, que os benefícios trabalhistas são recentes e vêm sofrendo cortes, e que a universidade já se beneficiou do trabalho dos moradores sem oferecer contrapartidas diretas. O Sr. B., por sua vez, diz que a UFV só *está lá*, sem contribuir ativamente para as melhorias.

A diferença, aqui, pode estar relacionada à posição de cada um no mercado de trabalho: a Srt^a R., como sindicalista, tem uma visão mais estrutural das relações entre a universidade e os trabalhadores; os demais, como ex-funcionários ou beneficiários indiretos, tendem a avaliar a partir da experiência pessoal e imediata, imperativa.

A percepção sobre a associação de moradores também varia. A Srt^a M. R., como vice-presidente, reconhece a inatividade mas parece acreditar na possibilidade de reativação. O Sr. G. lamenta o fim da associação e a falta de representação. O Sr. B. também a menciona como algo que existiu e foi importante no passado, mas que hoje está desarticulado, sem esperanças de retorno ou esforços confluentes.

A Srt^a M. A. preocupa-se com a inatividade em um momento de expansão de condomínios, que exige representação política num sistema que se pretende democrático. A Srt^a R., por sua vez, lembra que a associação encerrou atividades antes dos anos 2000 por falta de participação, introduzindo a responsabilidade coletiva.

Há, portanto, diferentes diagnósticos para o mesmo problema: uns atribuem responsabilidade à falta de representação de candidatos, outros a falta de participação, alguns simplesmente constataam o fato sem atribuir culpas, faltas ou excessos.

As causas da degradação ambiental, embora todos concordem que ela ocorre, são atribuídas a fatores distintos. O Sr. C. e a Srt^a M. R. apontam o plantio de eucalipto como problema principal. A Srt^a R. fala em descarte inadequado de terra e lixo, que provocaram assoreamento. O Sr. B. menciona tanto o eucalipto quanto a poluição por esgoto. A Srt^a M. A. lembra das queimadas criminosas e recorrentes até hoje.

Essas diferentes ênfases não são excludentes, mas revelam quais aspectos do problema cada informante vivenciou mais de perto: o Sr. C., que cresceu na Rua Nova e viu a paisagem se transformar, tende a culpabilizar a monocultura (ele trabalhou como operador de máquinas agrícolas na UFV); a Srt^a R., que acompanhou o processo de urbanização e a construção de novos empreendimentos, foca no descarte inadequado; a Srt^a M. A., que já sofreu com queimadas e alagamentos, aponta tais faces da história.

Por fim, há diferentes ênfases nos desejos para o futuro. O posto de saúde é consenso geral, mas outros desejos variam: o Sr. B. quer um campinho de futebol; a Srt^a M. A., um parquinho e o retorno do ônibus das 23h; a Srt^a A., varredores de rua; a Srt^a R., justiça e políticas que recuperem à natureza e a solidariedade comunitária afetadas; A Srt^a M. A., uma associação atuante que defende o bairro do avanço dos condomínios.

Essas diferenças refletem as distintas experiências de vida e as necessidades sentidas por cada um: quem tem criança pequena quer lazer infantil; quem depende do transporte noturno para trabalhar/estudar/ter lazer quer o ônibus; quem vê lixo acumular quer varrição; quem tem uma visão mais nostálgica deseja recuperar o passado que flui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que essas narrativas aqui apresentadas ensinam sobre o Romão dos Reis, sobre Viçosa, sobre a Zona da Mata Mineira é que bairros populares não nascem prontos, não são dádivas dadas de presente pelo poder público ou pelo mercado imobiliário; são criados, pensados e construídos, tijolo por tijolo, luta por luta, gota de suor por gota de sangue (de/para famílias trabalhadoras) que, na falta de alternativas, inventam suas próprias soluções mesmo diante de jornadas cansativas e desgastantes.

O Romão dos Reis, nesse sentido, revela a capacidade de reorganização e à resistência de gente simples que, vinda *da roça* ou da Rua Nova, fez do *pasto* e do *matagal* um lugar de vida, cultivos, colheitas, campo de significação e apoio mútuo. Esse esforço fundamental de construção e produção coletivas ocorreu em meio a uma série de desigualdades urbanas, institucionais e socioambientais.

As narrativas revelam formas de permanência, reivindicação e resistência. As relações comunitárias, orgânicas e autogestionárias, embora enfraquecidas, não desapareceram, mas floresceram de outras formas. A Festa das Crianças, a Capela de Santa Luzia, os mutirões e a ajuda mútua em momentos importantes são evidências de que a tessitura social, mesmo rearranjada, não se rompeu.

Há, nas falas, uma saudade do tempo em que *todos se conheciam* e as *casas ficavam abertas*, mas também há uma aposta de que esse espírito cultural pode ser reativado, talvez por meio de uma Associação de Moradores, ou novas lutas comuns.

Enfim, compreendemos que a memória também é um campo político de disputa de poderes/fazeres. As diferentes versões sobre a relação com a prefeitura, sobre o papel da UFV, sobre as causas da degradação ambiental, sobre a eficácia da associação; todas essas divergências revelam que não há uma história única do Romão dos Reis, mas múltiplas histórias integradas, contadas a partir de diferentes lugares sociais e afetivos.

Aparentemente, o *atraso* atribuído às periferias mineiras é, na verdade, o projeto de manter certos territórios às margens dos investimentos públicos para que possam ser ocupados quando convier ao capital, desocupados e sucateados quando útil.

A história da moradora despejada da Rua Nova para dar lugar ao prédio *Ecolife* é a história, num microcosmo em questão, de um processo global de expropriação que atinge comunidades racializadas, como as em processo de aquilombamento. Mas é também a história de quem resiste, de quem narra, de quem inscreve na memória e na história aquilo que se quer apagar dos espaços com o avançar dos tempos e eventos.

Que este trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para que essas memórias não se percam. Que a luta por posto de saúde, campinho de futebol, ônibus às 23h, varredores de rua e uma associação atuante possa encontrar eco nas políticas públicas e na organização comunitária atual e futura. Que o rio um dia volte a sua razão de ser comum e o apoio mútuo se fortaleça. Assim, fica escrito e transcrito: no Romão vive gente que criou esse lugar com o próprio corpo, e não pretende sair tão cedo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcos Vinicius Sanches; MEIRA, Anderson Donizete. **Estatística espacial aplicada à análise de padrões de segregação socioespacial em Viçosa–MG**. *Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação*, v. 3, 2010.

BARBOSA, Sara Gonçalves et al. **Empoderamento de mulheres negras a partir da cosmética natural**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018.

DE SOUZA MARIA, Ana Cristina. **Análise da expansão urbana e conflitos de uso da terra nas áreas rurais da zona sul de Viçosa-MG**. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – XVI SIMPURB*, v. 1, p. 3686-3701, 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: [29/01/2025].

MONTEIRO, L. L. C.; GARCIA, L. G. **Veganismo, feminismo e movimentos sociais no Brasil**. *Anais do 10. Seminário Fazendo Gênero*, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Desafios do controle da produção do espaço urbano em Viçosa (MG). **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 24, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). **ATOM - Repositório Institucional da UFV**. Viçosa, [ano]. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/>. Acesso em: [29/01/2025]

DE SOUZA MARIA, Ana Cristina; DE ALMEIDA FARIA, Teresa Cristina; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014)**. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2015.

GODOI, Emília Pietrafesa. **Territorialidade: trajetória e usos do conceito**. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 34, n. 2, p. 8-16, 2014.

SANTOS, Genice Vieira et al. **Análise hidrológica e socioambiental da bacia hidrográfica do córrego Romão dos Reis, Viçosa-MG**. *Revista Árvore*, v. 31, p. 931-940, 2007.